DAIANE AYUMI KASSADA

**Concorrência normativa no direito penal: reflexões à luz dos crimes
ambientais**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dra. Helena Regina Lobo da Costa

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

DAIANE AYUMI KASSADA

Concorrência normativa no direito penal: reflexões à luz dos crimes ambientais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Associada Dra. Helena Regina Lobo da Costa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Kassada, Daiane Ayumi

Concorrência normativa no direito penal:
reflexões à luz dos crimes ambientais ; Daiane Ayumi
Kassada ; orientadora Helena Regina Lobo da Costa --
São Paulo, 2020.

255 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2020.

1. Concurso aparente de normas penais. 2.
Concurso de delitos. 3. Crimes ambientais. 4.
Princípio do ne bis in idem material. 5. Princípio da
íntegra valoração do fato. I. Costa, Helena Regina
Lobo da, orient. II. Título.

Nome: KASSADA, Daiane Ayumi

Título: Concorrência normativa no direito penal: reflexões à luz dos crimes ambientais

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico a Deus, com toda minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final deste ciclo e olhar ao meu redor é me dar conta de que realmente nenhum grande sonho ou projeto de vida se realiza sozinho. São muitas as pessoas que me ajudaram a trilhar esta caminhada e, portanto, de todo coração, agradeço:

À Helena Regina Lobo da Costa. Em primeiro lugar, por mais que eu me esforçasse e desse o melhor de mim todos os dias ao longo deste período, este trabalho, certamente, não teria se concluído de forma alguma sem a constante e afetuosa orientação de quem, generosamente, me dirigiu. Não há, notoriamente, palavras à altura para agradecê-la, na medida em que ela representa muito mais para mim: uma verdadeira inspiração e exemplo para todos os aspectos da vida. Helena, muito obrigada por toda cumplicidade desde o primeiro dia desta jornada, por todas as experiências acadêmicas e de vida que me proporcionou, por cada oportunidade de aprender e conhecer algo novo, por ver cada pequena evolução minha quando para mim era completamente invisível, pela presença em momentos tão difíceis, pelo companheirismo, por transformar a dedicação e o esforço diários em momentos de realização e gratidão, pela oportunidade de me autoconhecer a cada passo nesta trajetória. Muito obrigada por cada segundo de atenção dada gentilmente em cada mínimo detalhe. É e sempre será uma alegria enorme compartilhar experiências contigo e estar ao seu lado. Muito obrigada por todo comprometimento e por absolutamente tudo.

À Érika Mendes de Carvalho, por ter sido a principal responsável pela minha trajetória acadêmica desde o meu primeiro contato com o Direito Penal no meu 2º ano da graduação em Direito na Universidade Estadual de Maringá e desde então sempre foi uma grande incentivadora dos meus passos e uma verdadeira amiga. Inexoravelmente é uma das pessoas pela qual eu nutro um profundo e eterno carinho e infinita gratidão, bem como sempre ocupará um lugar especial no meu coração.

A Luis Gracia Martín, por ter me recebido com muita gentileza, hospitalidade e cordialidade nas duas oportunidades que estive na Universidad de Zaragoza (2018/2019) para um período de pesquisa e estudos referente a este trabalho, o qual me foram dadas todas as condições necessárias para tanto. Agradeço também por todo o seu esforço para que os meus dias em Zaragoza e no Pueblo de María de Huerva (onde pude pesquisar e escrever na sua biblioteca) fossem os mais agradáveis e felizes possíveis, os quais guardarei sempre com muito carinho no meu coração. Luis, muito obrigada pela sua

amizade e por me ensinar tantas coisas sempre com um humor único e de forma tão especial.

À Estrella Aisa Escuchuri, por ter me recebido, sob seus cuidados, com muito carinho na Universidad de Zaragoza para um período de pesquisa, pela companhia e atenção durante toda a minha estadia; por ter me proporcionado acesso a diversos materiais que foram fundamentais para a elaboração deste estudo; pela constante disponibilidade ao diálogo sobre este tema no qual é autoridade reconhecida que muito me foi valiosa para as reflexões realizadas nesta pesquisa; por ter proporcionado um Natal muito especial junto à sua família tão acolhedora em 2018 no Pueblo de Funes e dias muito felizes em Zaragoza.

À Mariângela Gama de Magalhães Gomes, por ter me apresentado a Universidade de São Paulo no final de 2013 em uma agradável circunstância da vida que me fez um dia sonhar estudar aqui; por, através da leitura de seus estudos publicados (sempre com muita excelência), me ajudar a realizar este sonho e, mais do que isso, por ter sido minha professora durante esta trajetória, bem como me dado valiosas contribuições para este estudo na minha banca de qualificação.

Aos Professores do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo por todo aprendizado nas aulas ministradas ao longo deste período.

Aos Professores da Universidad Pompeu Fabra (Jesús-María Silva Sánchez, Nuria Pastor Muñoz, Raquel Montaner Fernández, Ramon Ragués I Vallès e Ricardo Robles Planas) que me receberam de forma muito gentil em Barcelona neste *campus* universitário em janeiro de 2019 e pela generosa disponibilidade em dialogar sobre este tema que resultaram em reflexões importantes para este estudo.

Ao Professor José Luis de la Cuesta Arzamendi que me recebeu no Instituto Vasco de Criminologia da Universidad País del Vasco em San Sebastián em dezembro de 2018, oportunidade em que, gentilmente, forneceu materiais relevantes para a realização deste trabalho, bem como pela frutífera troca de ideias acerca do presente tema.

À Ingeborg Puppe pela agradável e frutífera troca de ideias sobre concurso de crimes na Alemanha, na qual é autoridade reconhecida, no Parque Trianon quando estive em São Paulo em 2018.

Às turmas 01 de *Compliance* e 05 de Direito Penal Econômico da FGVLaw (nas quais pude ter o privilégio de ser monitora das mesmas por um ano e meio), aos respectivos Professores(as) e à Coordenação Acadêmica, pelo período de muito aprendizado e de grandes amigos(as).

Ao curso de Formação de Defensores(as) Públicos(as) do Estado de São Paulo, pela generosa oportunidade de ministrar minha primeira aula na condição de Professora.

Ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), em especial à biblioteca onde desenvolvi grande parte da escrita deste estudo na companhia dos bibliotecários Anderson e Simone que sempre me proporcionaram o melhor ambiente para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa e à minha equipe de trabalho do Boletim do IBCCRIM.

Ao Programa de Excelência Acadêmica da Capes (PROEX/Capes) pelo financiamento parcial que viabilizou a apresentação de parte deste estudo no *II AIDP Symposium for Young Penalists* ocorrido na Luiss Guido Carli University em Roma em novembro de 2019 com o tema "The Criminal Law Protection of our Common Home. On the Criminal Justice Protection of the Environment, the Climate and the Biodiversity", cujas discussões realizadas neste evento foram importantes para a reflexão do objeto desta pesquisa.

Aos funcionários (em geral) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por todo auxílio precioso conferido ao longo deste período.

À minha mãe Edna, por ser o meu maior exemplo de amor e fortaleza.

Aos meus irmãos Alex e Danielle e à minha Batian, pelo apoio, incentivo e companhia constante ao longo desta trajetória mesmo fisicamente distantes.

À família Miyazima, Yásmin Fujii, Sofia Martinelli, Graziela Viol, Tamara Morisugi, Leonardo Agapito, Túlio Felipe, Luigi Ferrarini, Willians Meneses, José Roberto Macri Jr., Jéssica Sponchiado, Claudio Camargo dos Santos, Beatriz Corrêa Camargo, Gustavo Noronha de Ávila, Juarez Tavares, Heloísa Estellita, Carlos Ayres, Marcos Galileu Lorena Dutra, Diogo Rais, Luiz Henrique Bianchi, Ramon Alberto dos Santos, Pablo Alflen, Stephan Doering Darcie, Toshie Takeda Endo e Maria dos Remédios. Cada um de vocês sabe o motivo da minha eterna gratidão. Muito obrigada por terem feito desta trajetória uma grande experiência de vida!

RESUMO

KASSADA, Daiane Ayumi. *Concorrência normativa no direito penal: reflexões à luz dos crimes ambientais*. 2020. 255 p. Dissertação (Mestrado em: Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O estudo da questão concursal, esta compreendida pelo concurso de delitos e pelo concurso *aparente* de normas penais, é objeto de muitas discussões de ordem dogmática, especialmente no que diz respeito à ausência de uma clara delimitação entre estes dois institutos. Quando recai sobre uma mesma unidade de fato jurídico mais de um tipo penal surge a tarefa importante de definir se estaremos diante de uma unidade ou pluralidade de delitos. Em relação aos crimes ambientais, esta questão se torna ainda mais relevante, uma vez que há uma grande possibilidade de sobreposição de tipos penais contidos na Lei 9.605/98, o qual será objeto desta pesquisa. Os métodos utilizados são o estudo de casos derivados de debate na jurisprudência pátria e revisão bibliográfica acerca do tema para melhor compreensão e discussão das indagações pertinentes inseridas no âmbito da questão concursal penal-ambiental, o qual possui como fundamento os princípios do *ne bis in idem* material e o da *íntegra valoração do fato*. Ademais discutir-se-á como aplicar os critérios aventados para a solução do concurso *aparente* de normas penais considerando os desafios que podem estar presente em cada um deles levando em conta o sistema de tipos ambientais desenhado pela Lei 9.605/98 que traz uma série de peculiaridades a serem examinadas, bem como verificar-se-á como a análise integrada e sistemática do bem jurídico meio ambiente, estrutura do delito e a respectiva redação penal pode contribuir para um estudo mais adequado da questão concursal no Direito Penal na seara da sobreposição normativa penal-ambiental. Ao final, far-se-á uma proposta de resolução dos casos inicialmente apresentados para refletir criticamente o rendimento teórico dos pressupostos desenvolvidos pela doutrina sobre a questão concursal na concretização prática da relevância temática.

Palavras-chave: Concurso *aparente* de normas penais. Concurso de delitos. Crimes ambientais. Princípio do *ne bis in idem* material. Princípio da *íntegra valoração* do fato.

ABSTRACT

KASSADA, Daiane Ayumi. *Normative overlap in criminal law: Reflections in light of environmental crimes*. 2020. 255 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The study of joinder of offenses and the *apparent* contest of criminal norms is an object that raises many dogmatic-criminal discussions, especially because there is a lack of consensus on a clear delimitation between these two institutes. When it comes to the same unity of legal fact, more than *mens rea*, the important task of defining whether we are facing a unity or plurality of offenses arises. As for the environmental crimes, this issue becomes even more relevant because there is a high possibility of overlapping *mens rea* contained in Law 9.605 / 98, which will be the object of this research. The methods used are the study of cases derived from discussion in Brazilian Courts and literature review on the subject for better understanding and debate of relevant questions inserted in the context of criminal-environmental contest, which is based on the *ne bis in idem material* and the *integrate valuation of the fact* principles. In addition, it will be discussed how to apply the criteria raised for the solution of the apparent contest of criminal norms considering the challenges that may be present in each one of them taking into account the system of environmental *mens rea* designed by the Law 9.605/98 that brings a series of peculiarities to be examined, as well as how the integrated and systematic analysis of the environment legal interest, the crime's structure and its criminal wording can contribute to a more appropriate study of the contest issue in the area of criminal-environmental normative overlap. At the end, it will present a proposal for resolution of the cases initially elaborated to critically reflect the theoretical performance of the assumptions developed by the doctrine on the contest question in the practical realization of relevance issue.

Keywords: *Apparent* contest of criminal norms. Joinder of offenses. Environmental crimes. *Ne bis in idem material* principle. *Integrate valuation of the fact* principle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	17
1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	21
1.2 DO ESTUDO DE CASOS	22
1.2.1 Caso 1	22
1.2.2 Caso 2	23
1.2.3 Caso 3	25
1.2.4 Caso 4	26
2 DA CONCORRÊNCIA NORMATIVA PENAL: UNIDADE E PLURALIDADE DELITIVA.....	29
2.1 DOS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO NORMATIVA CONCURSAL	32
2.1.1 Do princípio do <i>ne bis in idem</i>	32
2.1.2 Do princípio da <i>íntegra valoração do fato</i>	40
2.1.3 Importância dos princípios do <i>ne bis in idem</i> material e da <i>íntegra valoração do fato</i> no âmbito concursal	50
2.2 DO CONCURSO DE DELITOS	51
2.2.1 Do concurso real ou material	61
2.2.2 Do concurso ideal ou formal.....	61
2.3 DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAS.....	64
2.3.1 Noções introdutórias.....	64
2.3.2 Das relações lógico-conceituais das normas penais concorrentes: Ulrich Klug .	74
2.4 DOS CRITÉRIOS DE SOLUÇÃO DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAS	77
2.4.1 Do critério da especialidade	78
2.4.2 Do critério da subsidiariedade	82
3.4.2.1 Do critério da subsidiariedade expressa.....	84
3.4.2.1 Do critério da subsidiariedade tácita	85
2.4.3 Do critério da consunção	86
3.4.3.1 Dos atos acompanhantes típicos.....	91
3.4.3.2 Do ato posterior coapenado	93
2.4.4 Do critério da alternatividade	103

2.5 (DES)NECESSIDADE DE PREVISÃO LEGISLATIVA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ESPANHOLA E ALEMÃ	107
2.6 PROPOSTA DE ANÁLISE INTEGRADA DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS E CONCURSO DE CRIMES NO ÂMBITO CONCURSAL	113
3 DA UNIDADE E PLURALIDADE DE DELITOS NO ÂMBITO DOS CRIMES AMBIENTAIS DA LEI 9.605/98.....	121
3.1 MEIO AMBIENTE COMO BEM JURÍDICO PENAL	122
3.1.1 Vertente ecocêntrica	131
3.1.2 Vertente antropocêntrica	132
3.1.3 Vertente antropocêntrica-ecocêntrica	138
3.1.4 Posição adotada	138
3.2. AMPLITUDE DO CONTEÚDO DO BEM JURÍDICO MEIO AMBIENTE	139
3.3 “SISTEMA DE TIPOS” AMBIENTAL: DISTINTAS FORMAS DE LESÃO E PERIGO AO MEIO AMBIENTE.....	145
3.4 INDAGAÇÕES PRESENTES NO ÂMBITO DA CONCORRÊNCIA NORMATIVA PENAL-AMBIENTAL	160
4 PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DOS CASOS	175
4.1 CASO 1: DELITOS AMBIENTAIS PREVISTOS NOS ARTS. 48 E 64 DA LEI 9.605/98: ATO ACOMPANHANTE TÍPICO	176
4.2 CASO 2: DELITOS AMBIENTAIS PREVISTOS NOS ARTS. 38, 38-A, 39 E 46, PAR. ÚNICO DA LEI 9.605/98: ATO POSTERIOR COAPENADO	191
4.3 CASO 3: DELITOS AMBIENTAIS PREVISTOS NOS ARTS. 54 E 60 DA LEI 9.605/98: RELAÇÃO DE SUBSIDIARIEDADE	211
4.4 CASO 4: DELITOS AMBIENTAIS PREVISTOS NOS ARTS. 29 E 38-A DA LEI 9.605/98: CONCURSO FORMAL DE CRIMES AMBIENTAIS	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	231
REFERÊNCIAS.....	241

INTRODUÇÃO

A questão concursal no Direito Penal é pouco debatida no Brasil, embora tenha uma clara relevância teórica e prática, pois está diretamente relacionada à definição da existência de uma unidade ou pluralidade delitiva quando incidir mais de uma norma penal sobre um determinado caso concreto. Neste contexto, abrem-se duas possibilidades: reconhecer a configuração do concurso de delitos ou do concurso *aparente* de normas penais.

Diante de uma sobreposição de normas penais sobre um determinado caso concreto surgem diversos questionamentos: a) quais são os requisitos necessários para que se possa afirmar que se está diante de apenas um único delito? b) quais são os fundamentos da questão concursal no Direito Penal? c) é possível admitir a existência de um único delito mesmo em face de uma pluralidade de condutas? d) quais são os critérios que auxiliam na análise do concurso *aparente* de normas penais? e) como o bem jurídico, a estrutura delitiva (de perigo ou de lesão) e a redação legal referentes aos tipos penais envolvidos podem servir de ferramentas dogmáticas na questão concursal?

Desde logo, tais indagações apresentam-se fundamentais para a discussão sobre a concorrência normativa no Direito Penal. Contudo, será conferida à questão concursal ênfase à sobreposição normativa dos tipos penais ambientais como objeto desta pesquisa. No Brasil, o estudo acerca da configuração típica dos crimes ambientais previstos na Lei 9.605/98 é pouco explorado sob a perspectiva da dogmática penal.

Outrossim, a Lei 9.605/98 revela ter pouca efetividade, mas quando a mesma deve ser aplicada, a questão concursal ganha importância em virtude de alta probabilidade de recair sobre um mesmo fato concreto ambiental uma pluralidade de tipos penais previstos no referido diploma legal.

A concorrência normativa no âmbito dos tipos penais ambientais apresenta uma complexidade maior em virtude de uma série de fatores que são próprios desta natureza delitiva, conforme verificar-se-á ao longo deste estudo. Desta forma, adotar-se-ão como métodos o estudo de casos derivados de debate na jurisprudência pátria e revisão bibliográfica acerca do tema para melhor compreensão e discussão das indagações objeto deste estudo.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo apontar-se-á o problema de pesquisa que será objeto deste estudo, bem como as delimitações metodológicas traçadas para este último com escopo de realizar uma análise mais adequada do ponto de vista da dogmática penal. Outrossim, serão apresentados quatro estudos de casos concretos que foram inspirados em decisões da jurisprudência pátria (com exceção do caso 4) no intuito de apontar quais são as indagações presentes no âmbito da concorrência normativa penal ambiental quando tal tema vem à tona nos debates suscitados nos Tribunais e também de revelar a importância prática de discutir o presente problema de pesquisa.

No segundo capítulo far-se-á um estudo da concorrência normativa no âmbito do Direito Penal, abordando os fundamentos desta, quais sejam, o princípio do *ne bis in idem* material e o princípio da *íntegra valoração do fato*. Posteriormente, realizar-se-á uma breve explanação teórica acerca do concurso de delitos no que tange à sua definição, pressupostos, classificação e aplicação no âmbito do Direito Penal brasileiro. Em seguida, far-se-á um estudo sobre o concurso *aparente* de normas penais quanto ao seu conceito, às questões de ordem teórica envolvidas para sua configuração, os critérios de solução diante de uma sobreposição normativa em que se fazem presentes seus pressupostos para aplicação e um exame acerca da necessidade ou não de previsão legislativa para lidar adequadamente com esta temática. Ao final deste capítulo realizar-se-á uma proposta de análise integrada do concurso *aparente* de normas penais e do concurso de delitos no âmbito concursal.

No terceiro capítulo realizar-se-á um estudo da concorrência normativa voltada à sobreposição dos tipos penais ambientais contidos na Lei 9.605/98 para fins de identificar quando se está diante de uma unidade ou pluralidade de crimes ambientais. Para tanto, far-se-á uma abordagem do meio ambiente enquanto bem jurídico-penal e sua relevância no âmbito concursal, bem como as perspectivas que orientam a proteção do meio ambiente pelo Direito Penal (ecocêntrica, antropocêntrica e antropocêntrica-ecocêntrica) e o conteúdo que deve compreender o conceito de meio ambiente atrelado à estrutura dos delitos para fins de uma adequada tutela penal ambiental. Por conseguinte, discutir-se-á o sistema de tipos ambientais elaborados pelo legislador ao redigir os crimes ambientais previstos na Lei 9.605/98, os quais preveem distintas formas de lesão e colocação em perigo do bem jurídico meio ambiente. Tal discussão levará em consideração as peculiaridades dos tipos penais ambientais na Lei 9.605/98 que culminam em indagações relevantes no âmbito da concorrência normativa penal-ambiental sob a perspectiva da dogmática penal, bem como apresentar-se-ão os limites e desafios que se podem identificar

quando da aplicação dos critérios apontados para solucionar hipóteses de sobreposição de tipos penais que tutelam o meio ambiente.

Por fim, no quarto capítulo apontar-se-á proposta de resolução dos casos inicialmente propostos, examinando criticamente a maneira como foram solucionados pela jurisprudência pátria e se foram decididos em consonância ou não com os pressupostos dogmáticos estabelecidos no presente estudo para fins de analisar a questão de sobreposição de tipos penais ambientais previstos na Lei 9.605/98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concorrência normativa é objeto de grandes indagações que, para além de questões teóricas, apresentam implicações práticas relevantes, notadamente, no que diz respeito à alta probabilidade de sobreposição normativa dos tipos penais ambientais previstos na Lei 9.605/98 sobre uma determinada unidade de fato concretamente objeto de análise.

Os fundamentos que embasam o estudo da concorrência normativa de tipos penais são os princípios do *ne bis in idem* material e o da *íntegra valoração do fato*.

O princípio do *ne bis in idem* material consiste na proibição de valorar mais de uma vez o mesmo elemento do fato concreto com base no mesmo fundamento em face do mesmo agente. Para fins de análise da sobreposição normativa entre os tipos penais, adquire relevância a questão de examinar o fundamento pelo qual estes são imputados ao indivíduo para além de delimitar o próprio fato concreto que se examina. O debate acerca da identidade de fundamento não deve ser sinônimo de identidade de bens jurídicos tutelados pelos respectivos tipos penais concorrentes, senão averiguar a possível existência de identidade do conteúdo do injusto dos mesmos, pois caso isto se verifique no caso concreto será hipótese de reconhecer o concurso *aparente* de normas penais mediante aplicação de um dos critérios estabelecidos para tanto. Neste sentido, o princípio do *ne bis in idem* material consiste em fundamento limitador no âmbito concursal no que diz respeito à atuação do Direito Penal.

Por sua vez, o princípio da *íntegra valoração do fato* consiste na possibilidade de, diante de um concurso de normas penais, um único preceito penal ser capaz de captar integralmente o conteúdo do injusto e da culpabilidade de um determinado fato concreto para verificar se será hipótese de reconhecer um concurso de delitos – pluralidade de crimes – ou identificar um concurso *aparente* de normas penais – unidade delitiva. Para tanto, o bem jurídico, a estrutura do delito e a redação legal referentes aos tipos penais envolvidos constituem elementos fundamentais e imprescindíveis para proceder tal tarefa de grande relevância prática que cabe ao papel da dogmática penal. Por isso, o princípio da *íntegra valoração do fato* atua como um princípio fundamentador da questão concursal.

Os princípios do *ne bis in idem* material e o da *íntegra valoração do fato* no âmbito concursal desempenham papeis complementares e tal atuação conjunta resulta na concretização do princípio da proporcionalidade.

Assim, em eventual hipótese de sobreposição normativa de tipos penais, duas são as possibilidades: concurso *aparente* de normas penais ou concurso de delitos.

No que diz respeito ao concurso de delitos, este consiste quando o indivíduo pratica mediante uma ou mais ações dois ou mais crimes. Divide-se em duas categorias: concurso material (real) ou concurso formal (ideal) próprio ou impróprio. Estas espécies de concurso de delitos distinguem-se pela unidade ou pluralidade de ação e o critério mais adequado para tal delimitação é o da unidade *típica* de ação. Outrossim, as regras de aplicação da pena estão previstas respectivamente nos arts. 69 e 70 do Código Penal.

Em se reconhecendo o concurso *aparente* de normas penais significa dizer que, apesar de recair sobre a unidade de fato juridicamente relevante mais de um tipo penal previsto no ordenamento jurídico, apenas um deles será aplicado *concretamente* em observância ao princípio do *ne bis in idem* material, pois aplicar os demais conjuntamente revelaria uma indevida valoração plural do mesmo elemento fático sob igual fundamento em face do mesmo agente.

Para apreciar qual(is) do(s) tipo(s) penal(is) que incide(m) sobre a mesma unidade de fato juridicamente relevante deve(m) ser aplicado(s) em detrimento dos demais, a doutrina aponta quatro critérios para tanto. Sendo eles: a) especialidade; b) subsidiariedade (tácita ou expressa); c) consunção; d) alternatividade.

Ademais verificou-se que há uma grande diversidade de posicionamentos por parte da doutrina no que diz respeito ao conteúdo destes referidos critérios, bem como há uma ausência de uniformidade em relação à aceitação dos mesmos, salvo quanto ao critério da especialidade, o que dificulta significativamente a análise da unidade e pluralidade delitiva.

Por isso, a importância de delimitar o conteúdo de cada um dos critérios para que estes possam, de fato, constituir ferramentas dogmáticas *concretamente* aptos para cumprir de forma satisfatória com a função tão relevante atribuída aos mesmos.

No que diz respeito ao critério da especialidade, este se aplica quando um tipo penal contém além de todos os elementos contidos no tipo penal a qual se relaciona, porém, com alguns elementos especializantes que o torna mais ou menos reprovável a depender do conteúdo destes últimos. Por conseguinte, aplica-se apenas o tipo penal especial em detrimento do tipo básico. Cabe lembrar que o fato dos tipos penais tutelarem bens jurídicos diversos ou se encontrarem sistematicamente em capítulos e seções de determinada lei ou em leis distintas não impede o reconhecimento do critério da especialidade.

Quanto ao critério da subsidiariedade, sua aplicação incide quando há uma relação de progressão ofensiva ao mesmo bem jurídico referente aos tipos penais envolvidos e pode ser em *expressa* ou *tácita*. Com relação à subsidiariedade expressa o próprio legislador sinaliza no preceito secundário de que aquele referido tipo penal só terá espaço para sua incidência se o fato não constituir crime mais grave (*subsidiariedade geral*) ou se o fato não constituir determinado crime específico (*subsidiariedade específica*). Quanto à subsidiariedade *tácita*, esta demanda uma análise mais detida, pois não há indicação do legislador para sua aplicação, mas decorre de um exame de progressividade ofensiva ao mesmo bem jurídico dos tipos penais, na qual a aplicação *concreta* de apenas uma delas já conteria a agressão de menor gravidade presente nos demais tipos penais envolvidos.

Em relação ao critério da consunção, este se torna objeto de maiores discussões e controvérsias para além da crítica de ter uma definição demasiadamente genérica por parte da doutrina: contemplar hipóteses que envolva pluralidade de condutas e que tutelem, eventualmente, bens jurídicos distintos.

Os casos examinados no âmbito da aplicação do critério da consunção são os *atos acompanhantes típicos* e os atos posteriores *coapenados*.

Os *atos acompanhantes típicos* são aqueles que se realizam paralelamente ao tipo de delito prevalente pela mesma conduta qualificada segundo a norma consuntiva ou, ainda, por conduta diversa daquela, mas a ela normalmente vinculada.

Por sua vez, os atos posteriores *coapenados* consistem em um fato independente que realiza um novo tipo penal no qual o autor busca aproveitar ou assegurar o proveito do crime ou utiliza a posição alcançada com a realização do tipo principal. Para que seja possível o seu reconhecimento, a doutrina tem exigido três requisitos: a) objeto de ofensa e bem jurídico de ambos os fatos – principal e prévio ou posterior – sejam idênticos; b) o dano causado pela conduta antecedente não seja incrementado com o ato posterior; c) ambas as condutas afetem o mesmo titular do bem jurídico. Verificou-se que a exigência de identidade de bens jurídicos é bastante divergente tanto na doutrina quanto na jurisprudência.

Ademais, concluiu-se que a premissa de que a prática de um determinado crime meio para o cometimento do delito principal bem como o argumento da *regularidade fática* acerca da ocorrência conjunta dos tipos penais em análise, muitas vezes, se

apresentam muito frágeis e que, não raras às vezes, não se revelam convincentes do ponto de vista da dogmática penal.

Neste sentido é necessário buscar outros indicadores que assegurem afirmar que o conteúdo de injusto de um determinado tipo penal já está compreendido pelo conteúdo do injusto da prática do crime principal.

O critério da regularidade para fins de aplicação do critério da consunção não deve ser meramente fático, mas para que possa ter relevância, deve ser algo possível de se apreender da análise dos próprios tipos penais envolvidos que há inferência da inclusão do desvalor do acessório pelo principal.

Outrossim, a premissa de crime meio e crime fim, por si só, não se apresenta como argumento suficiente sob o ponto de vista da dogmática penal para fins de aplicação do critério da consunção, uma vez que é necessário examinar se a potencialidade lesiva da norma penal incriminadora *consuntiva* pode compreender o da *consumida*, independentemente se a sanção desta for mais gravosa do que àquela.

Ademais, a partir da experiência legislativa da Espanha e da Alemanha, verificou-se que o tratamento legislativo ou não da questão do concurso *aparente* de normas penais demonstra a insuficiência – ou até inadequação – para lidar com as questões de ordem teórica e prática que envolvem este presente tema. Neste sentido não se concorda com a previsão desta matéria no Projeto de Lei 236/2012 que atualmente está em discussão.

Por conseguinte, propõe-se uma análise integrada do concurso *aparente* de normas penais e do concurso de crimes no âmbito concursal para melhor sistematização do estudo de concorrência de normas penais, em especial, ambientais.

Assim, adotou-se neste estudo uma abordagem da questão concursal em sentido amplo compreendendo tanto o concurso de delitos (material/formal) quanto o concurso *aparente* de normas penais, bem como a premissa de que o concurso *aparente* de normas penais pressupõe que todos os preceitos penais envolvidos no caso concreto concorrem efetivamente, mas ocorre que apenas uma delas será aplicada em virtude do princípio do *ne bis in idem* material e em observância ao princípio da *íntegra valoração do fato*.

Neste sentido não é uma mera questão didática inserir o estudo do concurso aparente de normas penais ao lado do concurso de delitos, uma vez que para definir se estamos diante de uma hipótese de concurso de delitos – seja real, seja ideal –, antes é necessário definir precisamente qual a norma incriminadora que deve ser aplicada no caso concreto e, nesta etapa, tal tarefa é incumbida ao concurso *aparente* de normas na hipótese de eventual pluralidade de adequação típica sobre o mesmo fato.

Os pressupostos do concurso *aparente* de normas penais desenvolvidos devem ser aplicados no âmbito da concorrência de normas penais ambientais incriminadoras contidas na Lei 9.605/98 no intuito de identificar se em determinado caso concreto se deva reconhecer a incidência de um único delito ambiental ou um concurso de crimes ambientais.

Depreende-se que o bem jurídico, apesar de não ser o único critério suficiente para resolver, por si só, as questões suscitadas no âmbito da concorrência normativa dos tipos penais, se demonstra imprescindível. A análise deste papel atribuído ao bem jurídico no caso de incidência de mais de uma norma penal ambiental torna-se ainda mais complexa em razão da própria peculiaridade do bem jurídico meio ambiente cuja natureza é supraindividual.

A perspectiva antropocêntrica moderada é a mais adequada na tutela do meio ambiente a qual não dispensa o referencial ao ser humano para sua proteção, mas confere autonomia ao meio ambiente quanto ao seu conteúdo enquanto bem jurídico a ser protegido pelo Direito Penal e em observância ao teor constitucional.

Ademais, quanto ao conteúdo do meio ambiente para fins de tutela penal, este deve ser compreendido no seu sentido amplo. Isto porque reduzir o conceito de meio ambiente ao seu aspecto natural enquanto apenas equilíbrio da integração entre bens bióticos e abióticos é simplificar toda a complexidade de relações que envolve este bem jurídico na qual há participação do homem que se relaciona de forma interdependente com o meio ambiente que também deve ser objeto de tutela do Direito Penal no âmbito ambiental.

Outrossim, o legislador, ao elaborar os tipos penais ambientais contidos na Lei 9.605/98, em atenção à complexidade do conteúdo do bem jurídico meio ambiente, adotou um conceito amplo deste último, pois prevê como delitos ambientais não só aquelas condutas que lesionam ou colocam em perigo os aspectos naturais do meio ambiente (Seção I, II e III – crimes contra a fauna, flora, poluição e outros crimes ambientais, respectivamente) mas também os aspectos artificiais (Seção IV – crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural).

O legislador brasileiro prevê um sistema de tipos penais ambientais na Lei 9.605/98 – cuja configuração é bastante criticável –, pois insere uma série de tipos penais, ora de lesão, mas, com mais frequência, ora de perigo que busca evitar a ofensa ao bem jurídico meio ambiente. Contudo, essa autonomia típica conferida isoladamente a cada crime

previsto na Lei 9.605/98 pode não subsistir quando se verificar uma sobreposição normativa à luz do caso concreto. Neste sentido, ao estruturar um sistema de tipos penais ambientais através da Lei 9.605/98, os tipos penais não devem ser interpretados de forma isolada, senão de forma conjunta e sistemática porque somente desta forma se poderá identificar o conjunto de casos que recaem sobre o âmbito de proteção de um ou outro tipo penal e isto é fundamental para se definir se estamos diante de um concurso de normas penais ou de delitos.

Ante a complexidade do meio ambiente no que tange ao seu conteúdo e para que se possa conferir uma tutela efetiva ao mesmo, o legislador considerou diversos aspectos distintos que compõe o meio ambiente para redigir os tipos penais de forma específica também. Neste sentido, o objeto material adquire neste cenário um fator importante de limitação e diferenciação de proteção conferida em cada tipo penal pelo legislador, conforme se infere das seções do capítulo V da Lei 9.605/98 voltada especificamente para os crimes contra o meio ambiente.

Esta configuração sistemática, em regra geral, permitiria apenas o reconhecimento de concurso de crimes ambientais quando incidir uma sobreposição de tipos penais previstos em seções distintas referente ao capítulo V da Lei 9.605/98, pois, em tese, se estaria tutelando aspectos diversos do bem jurídico meio ambiente.

Mas, é preciso ir além quando se examina a redação dos tipos penais ambientais contidos na Lei 9.605/98. Isto porque é necessário se atentar para hipóteses de uma incidência múltipla de tipos penais ambientais sobre uma unidade de fato concreto que, apesar de se encontrarem em Seções diversas, e, portanto, tutelarem, em tese, aspectos diversos do bem jurídico meio ambiente, será possível identificar a partir da interpretação dos elementos contidos na própria redação conferida pelo legislador indícios normativos no sentido de que determinados tipos penais ambientais além de protegerem preponderantemente um aspecto específico do meio ambiente (por exemplo, flora, fauna, ar, ordenamento territorial) também levam em conta outros aspectos deste mesmo bem jurídico uno para sua configuração típica que, por sua vez, já é tutelado de forma preponderante por outro tipo penal ambiental que também incide sobre o caso concreto e é previsto, por consequência, em uma Seção distinta da primeira no capítulo V da Lei 9.605/98.

Nestas hipóteses torna-se relevante refletir se a aplicação conjunta de todos os tipos penais ambientais que incidem sobre o mesmo fato concreto, apesar de forma autônoma, tutelarem preponderantemente aspectos distintos do bem jurídico meio ambiente não

implicaria violação ao princípio do *ne bis in idem* no sentido de que um mesmo elemento do fato concreto ser indevidamente valorado mais de uma vez com base no mesmo fundamento, bem como a aplicação conjunta estaria em inobservância ao princípio da *íntegra valoração do fato*, já que a aplicação de apenas um dos tipos penais ambientais incidentes sobre o fato concreto seria suficiente para abarcar a integralidade do injusto deste.

Neste contexto, a aplicação dos critérios de solução *aparente* de normas penais no âmbito da questão concursal penal-ambiental deve levar em consideração as peculiaridades dos tipos penais ambientais previstos na Lei 9.605/98 para que se possa realizar um estudo da questão da unidade e pluralidade delitiva mais adequada do ponto de vista da dogmática penal e que trazem desafios importantes no âmbito de aplicação de cada critério, conforme se verificou ao longo deste estudo e que deve ser levado em consideração.

No que diz respeito às propostas de solução dos casos inicialmente apresentados:

a) *Caso 1*: No caso da empresa que instala uma edificação de forma irregular à margem do Rio Amazonas – que não é edificável em razão do seu valor ecológico, e, em virtude disso, essa edificação promovida pela empresa, por consequência, resulta em impedir que a regeneração da vegetação natural ocorresse responderá unicamente pelo delito ambiental do art. 64 da Lei 9.605/98. Apesar de o delito do art. 64 da Lei 9.605/98 tutelar preponderantemente o aspecto do ordenamento territorial referente ao bem jurídico meio ambiente, é possível depreender da própria lógica normativa deste tipo penal, ao condicionar a configuração deste delito em construir em local não edificável em virtude do seu valor ecológico também acaba levando em consideração o equilíbrio ecológico decorrente da manutenção inclusive da flora que ali eventualmente se encontre. Assim, *impedir ou dificultar a regeneração da floresta* (delito do art. 48 da Lei 9.605/98) implica em um *ato acompanhante típico*, pois constitui uma conduta paralela à prática do crime de *promover a edificação em solo não edificável sem autorização*, isto é, normalmente vinculada a ela e tal regularidade, para além de fática, é possível depreender a consideração de sua regularidade legal-normativa pelo legislador quando da análise do delito do art. 64 da Lei 9.605/98.

b) *Caso 2*: O indivíduo que corta árvores em floresta considerada de preservação permanente em determinado intensidade que danifique esta última, bem como também resulte em danificação de vegetação primária em estágio médio de regeneração no Bioma

Mata Atlântica que também se encontrava nesta área de preservação permanente e, posteriormente, venha a manter em depósito madeira ou produto vegetal oriundo da sua própria conduta de desmatamento, responderá apenas pelo crime de danificar vegetação primária em estágio médio de regeneração no Bioma Mata Atlântica previsto no art. 38-A da Lei 9.605/98, uma vez que a conduta de manter em depósito madeira oriunda de seu próprio desmatamento perpetrado apresenta-se como *ato posterior coapenado*, vale dizer, impõe a sua não aplicação *concreta* de forma autônoma, pois não expressa um conteúdo de injusto próprio e distinto do já reprovado pelo delito considerado principal (art. 38-A da Lei 9.605/98).

c) *Caso 3*: No presente caso concreto em que o indivíduo além de não possuir a devida licença ambiental para a instalação do estabelecimento que era considerado potencialmente poluidor, esta ocasione efetivamente uma conduta poluidora por parte do indivíduo, este deveria responder apenas pelo delito do art. 54 da Lei 9.605/98 que por constituir um delito de lesão, revela o grau máximo de ofensa ao meio ambiente no que diz respeito às condutas desta natureza previstas pelo legislador. Por esta razão, não deverá se aplicar o tipo penal do art. 60 que apenas visava impedir a efetiva ocorrência de poluição, senão o próprio tipo penal de poluição previsto no art. 54 da Lei 9.605/98 em virtude de uma relação de subsidiariedade tácita, e, por isso, este último prevalecerá em detrimento do primeiro.

d) *Caso 4*: quando o indivíduo X, mediante uma única conduta, além de destruir a vegetação primária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica, também acaba matando os animais nativos que ali se encontram, este segundo resultado não está contido na potencialidade lesiva delimitada pelo delito ambiental do art. 38-A da Lei 9.605/98, sendo necessário também a aplicação conjunta do crime ambiental do art. 29 da Lei 9.605/98 em concurso formal de delitos nos termos do art. 70 do Código Penal, pois neste caso não é possível apreender do teor do tipo penal do art. 38-A qualquer referência normativa que indicaria que a tutela da fauna também estaria sendo tutelada por aquela.

Conclui-se, desta forma, que não é necessário elaborar regras específicas de concurso *aparente* para solucionar a sobreposição de tipos penais ambientais previstos na Lei 9.605/98, mas é imprescindível levar em consideração as peculiaridades da análise sistemática e integrada do bem jurídico meio ambiente, sua estrutura típica e sua redação legal conferida pelo legislador ao elaborar o sistema de tipos penais ambientais da Lei 9.605/98 em cada âmbito de aplicação dos critérios aqui apresentados para que se possa

identificar uma unidade ou pluralidade delitiva com fundamento consistente e coerente do ponto de vista da dogmática penal no âmbito da questão concursal penal-ambiental.

Outrossim, tal atividade de definir a unidade ou pluralidade delitiva no campo de sobreposição de tipos penais ambientais é uma forma de analisar criticamente o rendimento teórico dos pressupostos apresentados ao longo deste estudo na resolução de casos concretos trazidos para discussão no campo da prática, em especial, nos debates jurisprudenciais.

Certamente as propostas de solução dos casos concretos aqui apresentadas podem ser objeto de críticas, mas este trabalho já terá alcançado seu escopo caso logre êxito em estimular o debate da questão concursal no âmbito dos crimes ambientais que se apresenta tão pouco fomentado no Brasil, mas de uma importância prática inquestionável.

REFERÊNCIAS

ADEDE Y CASTRO, João Marcos. *Crimes ambientais*. Comentários à Lei nº 9.605/98. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2004.

ALASTUEY DOBÓN, María del Carmen. Consideraciones sobre el objeto de protección en el derecho penal del medio ambiente. In: PRADO, Luiz Regis (coord.). *Direito penal contemporâneo: estudos em homenagem ao professor José Cerezo Mir*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 209-227.

_____. *El delito de contaminación ambiental*. (Artículo 325.1 del Código penal). Granada: Comares, 2004.

ALTOÉ, Rafael; SANTOS, Marcel Ferreira dos. Tutela penal do ecocídio e a lei n. 9.605/98. In: CARVALHO, Érika Mendes de; PRADO, Alessandra Rapassi Mascarenhas (org.). *Repensando a proteção do meio ambiente: 20 anos da lei 9.605/98*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 421-438.

AMELUNG, Knut. El concepto bien jurídico en la teoría de la protección penal de bienes jurídicos. In: HEFENDEHL, Roland; HIRSCH, Andrew von; WOHLERS, Wolfgang (ed.). *La teoría del bien jurídico: ¿fundamento de legitimación del derecho penal o juego de abalorios dogmático?*. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 221-257.

ANTOLISEI, Francesco. Sul concorso apparente di norme. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, v. 1, n. 1/3, p. 1-15, jan./jun. 1948.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

AZEVEDO, André Mauro Lacerda. O bem jurídico e os crimes de perigo abstrato. In: AZEVEDO, André Mauro Lacerda; NETO, Orlando Faccini. *O bem jurídico-penal*. Duas visões sobre a legitimação do Direito Penal a partir da teoria do bem jurídico. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

AZEVEDO, David Teixeira de. Apontamentos sobre o crime permanente. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 24, n. 78, p. 16-20, set. 2004.

BACIGALUPO, Enrique. La instrumentación técnico-legislativa de la protección penal del medio ambiente. *Estudios penales y criminológicos*, Santiago de Compostela, n. 5, p. 191-213, 1982.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais: comentários à Lei 9.613/1998 com alterações da Lei 12.683/2012*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

BAGES SANTACANA, Joaquim. *El principio de lesividad en los delitos de peligro abstracto*. Valencia: Tirant lo blanch. 2018.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. O rendimento da teoria do bem jurídico no direito penal atual. *Revista Liberdades*, São Paulo, n. 1, p. 16-29, maio/ago. 2009.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. *Valor, norma e injusto penal: Considerações sobre os elementos normativos do tipo objetivo no Direito Penal contemporâneo*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

BELLO FILHO, Ney de Barro, *et al.* *Crimes e infrações administrativas ambientais*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

BEM, Leonardo Schmitt de. O concurso aparente de normas penais. *Revista Síntese de direito penal e processual penal*, Porto Alegre, v. 11, n. 65, p. 94-102, dez./jan. 2010/2011.

BEZERRA, Ulysses Gomes. Princípio da consunção: fundamentos e critérios de aplicação. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 87, p. 121-149, nov./dez. 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. v. 1. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BODNAR, Zenildo. O concurso de crimes ambientais: arts. 48 e 64 da Lei 9.605/1998, possibilidade e necessidade. *Revista de direito ambiental*, São Paulo, v. 16, n. 62, p. 267-283, abr./jun. 2011.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Crimes de perigo abstrato*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp 493595 ES 2014/0068382-1*. 5ª Turma. Rel. Jorge Mussi. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/524706684/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-493595-es-2014-0068382-1?ref=juris-tabs>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no Habeas Corpus n. 407.500 – AL*. 5ª Turma. Rel. Min. Felix Fischer. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/617612958/agravo-regimental-no-habeas-corpus-agrg-no-hc-407500-al-2017-0166747-1/relatorio-e-voto-617612982?ref=juris-tabs>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no Resp. n. 1.390.781 – PR*. 5ª Turma. Rel. Min. Joel Ilan Paciornik. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/617604285/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1390781-pr-2013-0227783-0/inteiro-teor-617604289?ref=juris-tabs>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *HC 52722 SP*. 6ª Turma. Rel. Maria Thereza De Assis Moura. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7093600/habeas-corpus-hc-52722-sp-2006-0007632-0-stj?ref=serp>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 783652 SP 2005/0150298-7*. 5ª Turma. Rel. Felix Fischer. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7157067/recurso-especial-resp-783652-sp-2005-0150298-7?ref=juris-tabs>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1376670-SC*. 6ª Turma. Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/465739888/recurso-especial-resp-1376670-sc-2013-0119375-3?ref=juris-tabs>. Acesso em: 9 maio 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Resp n. 1.530.166 – GO*. 5ª Turma. Rel. Min. Felix Fischer. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/464942239/recurso-especial-resp-1530166-go-2015-0103096-0> Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1.639.723-PR*. 6ª Turma. Rel. Min. Nefi Cordeiro. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/433477829/recurso-especial-resp-1639723-pr-2014-0207650-5/inteiro-teor-433477839?ref=serp>. Acesso em: 9 maio 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Amazonas. *RSE 0263395-79.2009.8.04.0001 AM*. Segunda Câmara Criminal. Rel. Onilza Abreu Gerth. Disponível em: <https://tj-am.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/615414506/recurso-em-sentido-estrito-rse-2633957920098040001-am-0263395-7920098040001?ref=juris-tabs>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *HC 95154 SP*. 2ª Turma. Rel. Ayres Britto. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22869963/habeas-corpus-hc-95154-sp-stf?ref=serp>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. *APR 0003308-50.2012.8.24.0076*. Segunda Câmara Criminal. Rel. Getúlio Corrêa. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/433477829/recurso-especial-resp-1639723-pr-2014-0207650-5/inteiro-teor-433477839?ref=serp>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. *APR 0033601-67.2012.8.12.0001 MS*. Terceira Câmara Criminal. Rel. Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva. Disponível em: <https://tj-ms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/746200372/apelacao-criminal-apr-336016720128120001-ms-0033601-6720128120001?ref=juris-tabs>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *RSE 0018071-80.2011.8.13.0049 MG*. Sexta Câmara Criminal. Rel. Denise Pinho da Costa Val. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/129317246/rec-em-sentido-estrito-10049110018071001-mg?ref=juris-tabs>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BUGALHO, Nelson Roberto. Tutela penal das florestas e demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente. *Revista de direito ambiental*, São Paulo, v. 7, n. 25, p. 152-174, jan./mar. 2002.

BUSATO, Paulo César. *Direito penal*. Parte Especial (artigos 121 a 234 – c do Código Penal). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. *Direito penal: parte geral*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BUSATO, Paulo César. Soluções para o concurso aparente de normas incriminadoras: princípio da subsidiariedade. In: BUSATO, Paulo César (org.). *Fundamentos de direito penal*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 289-306.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan. Los bienes jurídicos colectivos. *Revista de la Facultad de Derecho Universidad Complutense: estudios de derecho penal en homenaje al profesor Luis Jimenez de Asua*, Madrid, n. 11, p. 147-164, jun. 1986.

CAETANO, Matheus Almeida. *Os delitos de acumulação no direito penal ambiental*. São Paulo: Editora Pillares, 2016.

CARNELUTTI, Francesco. *Lecciones de derecho penal*. El delito. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América. 1952.

CARO CORIA, Dino Carlos. El principio de "ne bis in idem" en la jurisprudencia del Tribunal Constitucional. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 15, n. 66, p. 9-52, mai./jun. 2007.

_____. Presupuestos para la delimitación del bien jurídico-penal en los delitos contra el ambiente. *Revista Ibero-Americana de Ciências Penais*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 267-287, set./dez. 2000.

CARRANZA TAGLE, Horácio A. *Introducción al concurso de delitos*. Criterios sobre unidad y pluralidad delictiva. Buenos Aires: B de F, 2011.

CARRAZZA, Roque Antonio. Da impossibilidade jurídica de concurso material ou formal imperfeito entre os crimes de descaminho (art. 334, segunda parte, do Código Penal Brasileiro) e de sonegação fiscal (art. 1º, I a IV, da Lei n.º 8.137/90) – Questões conexas. In: COSTA, José Faria de; SILVA, Marco Antonio Marques da (coord.). *Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais*. Visão luso-brasileira. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 216-249.

CARVALHO, Érika Mendes de. Ensaio sobre o significado dogmático da acessoriedade administrativa nos delitos ambientais. *Revista Liberdades*, São Paulo, Ed. Especial, p. 23-46, dez. 2011.

_____. *Tutela penal do patrimônio florestal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

CARVALHO, Érika Mendes de; KASSADA, Daiane Ayumi. Responsabilidade das pessoas jurídicas em infrações ambientais em face do princípio do ne bis in idem: uma abordagem político-criminal. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 49-67, jul./dez. 2017.

CASSOLA PEREZUTTI, Gustavo. *Medio ambiente y derecho penal*. Buenos Aires: B de F, 2005.

CEREZO MIR, José. *Curso de derecho penal español*: parte general, v. 1. 5. ed. Madrid: Tecnos, 1996.

_____. *Derecho penal*. Parte general. Buenos Aires: B de F, 2008.

CID MOLINÉ, José. Notas acerca de las definiciones dogmáticas de concurso de delitos. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid: Centro de Publicaciones, p. 29- 63, jan./abr. 1994.

COBO DEL ROSAL, Manuel; VIVES ANTÓN, Tomás. *Derecho penal*. Parte general. 5. ed. Valencia: Tirant lo blanch, 1999.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. *Delitos ecológicos*. A lei ambiental comentada artigo por artigo. Aspectos penais e processuais penais. São Paulo: Atlas, 2001.

COPOLA, Gina. *A lei dos crimes ambientais comentada artigo por artigo*. Jurisprudência sobre a matéria. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

CORCOY BIDASOLO, Mirentxu. *Delitos de peligro y protección de bienes jurídico-penales supraindividuales*. Nuevas formas de delincuencia y reinterpretación de tipos penales clásicos. Valencia: Tirant lo blanch, 1999.

CORREIA, Eduardo Henrique da Silva. *A teoria do concurso em direito criminal*: I - unidade e pluralidade de infracções; II - caso julgado e poderes de cognição do juiz. Coimbra: Almedina, 1996.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Crimes instantâneos e crimes permanentes no direito penal econômico. In: ESTELLITA, Heloisa; FELDENS, Luciano; WUNDERLICH, Alexandre. *Direito penal econômico e empresarial*: estudos dos grupos de pesquisa em direito penal econômico e empresarial da PUCRS e da FGV DIREITO SP. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 115-136.

_____. *Proteção penal ambiental*: viabilidade, efetividade, tutela por outros ramos do Direito. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Helena Regina Lobo da; FERRARI, Eduardo Reale. Dos crimes contra o meio ambiente. Seção III – Da poluição e outros crimes ambientais (arts. 54 a 61). In: SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de (coord.). *Comentários à Lei de Crimes Ambientais*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 241-269.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. *Direito penal ecológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; MILARÉ, Edis. *Direito penal ambiental*: comentários à lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002.

COSTA, Pedro Jorge. *A consunção no Direito Penal Brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2012.

CREUS, Carlos. *Derecho penal*: parte general. 4. ed. Buenos Aires: Astrea, 1996.

CRUZ, Flavio Antônio da. *O confronto entre o concurso formal de crimes e o concurso aparente de normas penais no direito brasileiro*: revisão crítica sob os influxos de uma hermenêutica emancipatória. 2014. 940 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

CUELLO CALÓN, Eugenio. *Derecho penal conforme al Código Penal, texto refundido de 1944*. Barcelona: Bosch, 1953. t.1.

CUERDA RIEZU, Antonio. La unidad de delito en la jurisprudência del Tribunal Supremo. In: SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María (ed.). *Política criminal y nuevo derecho penal: libro homenaje a Claus Roxin*. Barcelona: Bosch, 1997. p. 341-354.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. *Direito Ambiental e questões jurídicas relevantes*. Campinas: Millennium Editora, 2005.

DE LA CUESTA ARZAMENDI, José Luis. Contaminación ambiental, residuos e instalaciones peligrosas para los recursos naturales y el ambiente, tras la reforma de 2015. *Revista Penal México*, n. 8, p. 9-27, mar./ago 2015.

_____. Cuestiones dogmáticas relativas al delito de contaminación ambiental. *Revista Penal*, n. 4, p. 30-41. 1999.

_____. Delitos contra los recursos naturales y el medio ambiente (capt. III, tit. XVI, libro II del nuevo Código Penal de 1995). In: ACTAS DEL CONGRESO DE DERECHO PENAL Y PROCESAL. *El nuevo código penal y la ley del jurado*. Sevilla: Fundación El Monte, 1996. p. 233-254.

DE LA CUESTA ARZAMENDI, José Luis; BLANCO CORDERO, Isidoro (ed.). *Resoluciones de los Congresos de la Asociación Internacional de Derecho Penal*. 1926-2014.

DELGADO GARCIA, Joaquin. Los concursos en el derecho penal. *La ley*, Madrid, ano XVII, n. 3969, p. 1-5, 1996.

DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DESTEFENNI, Marcos. *Direito penal e licença ambiental*. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2004.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal: parte geral: questões fundamentais, a doutrina geral do crime*. 2. ed. Coimbra: Revista dos Tribunais / Coimbra Ed., 2007. t.1.

_____. Sobre a tutela jurídico-penal do ambiente: um ponto de vista português. In: *Tutela jurídica do meio ambiente: presente e futuro*. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. p.179-202.

DIÉZ RIPOLLÉS, José Luis. *Derecho penal español*. Parte General. 4. ed. rev. Valencia: Tirant lo blanch. 2016.

DOTTI, René Ariel. Meio ambiente e proteção penal. *Fascículos de ciências penais*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-29, jan./mar. 1991.

ESCUCHURI AISA, Estrella. Comisión de delitos en el marco de organizaciones y grupos criminales. Algunos problemas que plantea la regulación del código penal español en relación con la delincuencia organizada. *Revista de Derecho y proceso penal*, Madrid, n. 37, p. 133-176, ene./mar. 2015.

ESCUCHURI AISA, Estrella. Los principios de non bis in idem y de íntegra valoración del hecho en el marco del concurso de leyes. *Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais*, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 57-99, jan./jun. 2009.

_____. *Teoría del concurso de leyes y de delitos*. Bases para una revisión crítica. Granada: Comares, 2004.

ESPANHA. *Código Penal Espanhol*. Disponível em: http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/legislacion/1_20121008_02.pdf. Acesso: 06 nov. 2019.

ESTEVE PARDO, José. *Derecho del medio ambiente*. Madrid: Marcial Pons, 2005.

FARIAS, Alexandre Ramalho de; PIEGEL, Stella Maris. Soluções para o concurso aparente de normas incriminadoras: princípio da consunção. In: BUSATO, Paulo César (org.). *Fundamentos de direito penal*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 279-287.

FERRARI, Eduardo Reale. A nova lei ambiental e suas inconsistências. *Revista do INALUD*, San José de Costa Rica, n. 12, p. 93-97, 1998.

FIGUEIREDO, Guilherme Gouvêa de. *Crimes ambientais e bem jurídico-penal: (des)criminalização, redação típica e (in)ofensividade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRANCESCO, Giovannangelo de. Profili strutturali e processuali del reato permanente. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, v. 20, n. 2, p. 558-599, abr./jun. 1977.

FREITAS, Gilberto Passos de. Direito Penal Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alaôr (ed.). *Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental*. Barueri: Manole, 2005. p. 401-424.

FREITAS, Vladimir Passos de. A contribuição da lei dos crimes ambientais na defesa do meio ambiente. *Revista CEJ*, Brasília, v. 10, n. 33, p. 5-14, jun. 2006.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. *Crimes contra a natureza: de acordo com o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012 e MP 571/2012)*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FRISCH, Wolfgang. Bien jurídico, derecho, estructura del delito e imputación en el contexto de la legitimación de la pena estatal. In: HEFENDEHL, Roland; HIRSCH, Andrew von; WOHLERS, Wolfgang (ed.). *La teoría del bien jurídico: ¿fundamento de legitimación del derecho penal o juego de abalorios dogmático?*. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 303-332.

GALLARDO RUEDA, Alberto. Protección penal del medio ambiente cuestiones generales. *Cuadernos de política criminal*, Madrid, n. 47, p. 613-628, 1992.

GARCÍA ALBERO, Ramón. “*Non bis in idem*” material y concurso de leyes penales. Barcelona: Cedecs, 1995.

GARCÍA HERNÁNDEZ, Maria Yolanda. Los delitos contra los recursos naturales y el medio ambiente. In: MARTOS NÚÑEZ, Juan Antonio. *Protección penal y tutela jurisdiccional de la salud pública y del medio ambiente*. Sevilla: Univerisad de Sevilla. 1997. p. 51-74.

GARCÍA RIVAS, Nicolás. *Delito ecológico*. Estructura y aplicación judicial. Barcelona: Editorial Praxis, S.A, 1998.

GIL GIL, Alicia, et. al. *Curso de derecho penal parte general*. 2. ed. Madrid: Dykinson, S.L., 2015.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *Teoria geral da parte especial do Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 2014.

GRACIA MARTÍN, Luis. *La polémica en torno a la legitimidad del Derecho penal moderno*. México: Ubijus, 2010.

_____. *La infracción de deberes contables y registrales tributários en derecho penal*. Madrid: Editorail Trivium, S.A., 1990.

GRECO, Luís. A relação entre o direito penal e o direito administrativo no direito penal ambiental: uma introdução aos problemas da acessoriedade administrativa. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 14, n. 58, p. 152-194, jan./fev. 2006.

_____. *Modernização do Direito Penal, Bens Jurídicos Coletivos e Crimes de Perigo Abstrato*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. et al. *Parte geral do código penal: uma proposta alternativa para debate*. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

_____. Proteção de bens jurídicos e crueldade com animais. *Revista Liberdades*, São Paulo, n. 3, p. 47-58, jan./abr. 2010.

GUIMARÃES, Marcello Ovidio Lopes. Capítulo I: Disposições Gerais (arts.1º a 5º). In: SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, de Luciano Anderson (coord.). *Comentários à lei de crimes ambientais*: São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 29-49.

HASSEMER, Winfried. ¿Puede haber delitos que no afecten a un bien jurídico penal?. In: HEFENDEHL, Roland; HIRSCH, Andrew von; WOHLERS, Wolfgang (ed.). *La teoría del bien jurídico: ¿fundamento de legitimación del derecho penal o juego de abalorios dogmático?*. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 91-100.

HEFENDEHL, Roland. El bien jurídico como eje material de la norma penal. In: HEFENDEHL, Roland; HIRSCH, Andrew von; WOHLERS, Wolfgang (ed.). *La teoría del bien jurídico: ¿fundamento de legitimación del derecho penal o juego de abalorios dogmático?*. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 173-190.

HIRSCH, Andrew von; WOHLERS, Wolfgang. Teoría del bien jurídico y estructura del delito sobre los criterios de una imputacion justa. In: HEFENDEHL, Roland; HIRSCH,

Andrew von; WOHLERS, Wolfgang (ed.). *La teoría del bien jurídico: ¿fundamento de legitimación del derecho penal o juego de abalorios dogmático?*. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 279-302.

HORMAZÁBAL MALARÉE, Hernán. El principio de lesividad y el delito ecológico. In: QUINTERO OLIVARES, Gonzalo; MORALES PRATS, Fermín. *El nuevo derecho penal español: estudios penales en memoria del profesor José Manuel Valle Muñiz*. Pamplona: Aranzadi, 2001. p. 1417-1428.

HORTA, Frederico. *Do concurso aparente de normas penais*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

_____. Elementos fundamentais da doutrina do concurso de leis penais e suas repercussões no direito penal brasileiro contemporâneo. In: PACELLI, Eugênio et. al (coord.). *Direito penal e processual penal contemporâneos*. São Paulo: Atlas, 2019. p. 49-72.

HORTA, Frederico; TEIXEIRA, Adriano. Da autolavagem de capitais como ato posterior coapenado: elementos para uma tese prematuramente rejeitada no Brasil. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. 19, n. 74, p. 7-49, jul./set. 2019.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao código penal: decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Arts. 1 a 27. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

HURTADO POZO, José. *Manual de derecho penal*. Parte general. 3. ed. Lima: Editora jurídica Grijley, 2005.

JAKOBS, Günther. *Derecho penal parte general: Fundamentos y teoría de la imputación*. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 1997.

JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de derecho penal: parte general*. 4. ed. Granada: Comares, 1993.

JORGE BARREIRO, Agustín. El bien jurídico protegido en los delitos contra el medio ambiente en el CP de 1995. In: JORGE BARREIRO, Agustín (dir.). *Estudios sobre la protección penal del medio ambiente en el ordenamiento jurídico español*. Granada: Editorial Comares, 2005. p. 1-72.

JOSHI JUBERT, Ujala. Unidad de hecho y concurso medial de delitos. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 45, f. 2, p. 613-636, maio/ago. 1992.

KLUG, Ulrich. Sobre el concepto de concurso de leyes. In: KLUG, Ulrich. *Problemas de la filosofía y de la pragmática del derecho*. 2. ed. Barcelona: México, D. F., 1996.

LASCURAÍN SÁNCHEZ, Juan Antonio. Bien jurídico y objeto protegible. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid: Centro de Publicaciones, v. 60, p. 119-163, 2007.

LISZT, Franz von. *Tratado de derecho penal*. 4. ed. Madrid: Reus, 1999. 3. t.

LUIZI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2016.

MAÑALICH RAFFO, Juan Pablo. El Concurso de Delitos: Bases Para su Reconstrucción en el Derecho Penal de Puerto Rico. *Revista Juridica Universidad de Puerto Rico*, San Juan, v. 74, n. 4, p. 1021-1212, 2005.

_____. El principio ne bis in idem en el Derecho penal chileno. *Revista de Estudios de la Justicia*, Santiago, n. 15, p. 139-169, 2011.

MARTÍN GARCÍA, Benigno. *La protección penal del medio ambiente y su relación con la seguridad pública y los derechos fundamentales*. Madrid: Dykinson, S. L., 2016.

MARTINELLI, João Paulo Orsini; ALMEIDA, Edson Amaral de. As normas penais em branco no âmbito dos crimes ambientais e suas consequências na política criminal brasileira. In: CARVALHO, Érika Mendes de; PRADO, Alessandra Mascarenhas (org.). *Repensando a proteção do meio ambiente: 20 anos da Lei 9.605/98*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 161-177.

MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schmitt. *Lições fundamentais de direito penal*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATELLANES RODRÍGUEZ, Nuria. *Derecho penal del medio ambiente*. Madrid: Iustel, 2008.

MATEOS RODRÍGUEZ-ARIAS, Antonio. *Los delitos relativos a la protección del medio ambiente*. Madrid: Colex, 1998.

MATUS ACUÑA, Jean-Pierre. El Concurso (Aparente) de Leyes en la Reforma Penal Latinoamericana. *Revista Chilena de Derecho*, Santiago, v. 24, n. 3, p. 423-446, set./dez. 1997.

_____. Los criterios de distinción entre el concurso de leyes y las restantes figuras concursales en el código penal español de 1995 (1). *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, n. 58, f. 2, p. 463-493, maio/ago. 2005.

MAURACH, Reinhart; ZIPF, Heinz; GÖSSEL, Karl Heinz. *Derecho penal: parte general; formas de aparición del delito y las consecuencias jurídicas del hecho*. Traducción de Jorge Bofill Genzsch. Buenos Aires: Astrea, 1995. v. 2.

MAYER, Max Ernst. *Derecho penal – parte general*. Buenos Aires: B de F, 2007.

MENDO ESTRELLA, Álvaro. La compleja estructura de peligro en el denominado delito 'ecológico' del artículo 325.1 del Código Penal: Algunas alternativas. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, n. 61, p. 237- 264, ene./dic. 2008.

MERKEL, Adolf. *Derecho penal: parte general*. Traducción de Pedro Dorado Monteiro. Buenos Aires: B. de F., 2006.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente. A gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MILARÉ, Édís; COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA, Fernando José da. *Direito Penal Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MIR PUIG, Santiago. *Derecho penal: parte general*. 7. ed. Barcelona: Reppertor, 2005.

_____. *Derecho penal. Parte General*. 9. ed. Buenos Aires: B de F, 2011.

MORILLAS CUEVA, Lorenzo. *Derecho penal. Parte General. Fundamentos conceptuales y metodológicos del Derecho Penal. Ley Penal*. 2. ed. Madrid: Dykinson S.L., 2010.

MUÑOZ CONDE, Francisco; GARCÍA ARÁN, Mercedes. *Derecho penal. Parte General*. 10. ed. rev. Valencia: Tirant lo blanch, 2019.

MUÑOZ LORENTE, José. Análisis sobre la constitucionalidad de algunos tipos penales relativos a la flora y fauna. Interpretaciones para su adecuación constitucional. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 54, p. 71-141, ene./dic. 2001.

NINO, Carlos Santiago. *El concurso en el Derecho Penal*. Criterios para clasificar los casos de varios hechos o de varias normas en la calificación penal de una conducta. Buenos Aires: Editorial Astrea de Rodolfo Depalma y Hnos, 1972.

NODAR MONTES, M.^a Luz de las Mercedes. Aspectos medioambientales en la legislación española. *Cuadernos de política criminal*, Madrid, n. 53, p. 563-592, 1994.

NUSDEO, Fábio. *Desenvolvimento e ecologia*. São Paulo: Saraiva, 1975.

OCHOA FIGUEROA, Alejandro. Medioambiente como bien jurídico protegido; ¿visión antropocéntrica e ecocéntrica?. *Revista de derecho penal y criminología*, Madrid, 3^a Época, n. 11, p. 253-294, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. *Concessão florestal: exploração sustentável de florestas públicas por particular*. Leme: J. H. Mizuno, 2013.

OSSANDÓN WIDOW, María Magdalena. El legislador y el principio ne bis in idem. *Política criminal*, Talca, v. 13, n. 26, art. 8, p. 952-1002, dec. 2018.

PALMA HERRERA, José Manuel. *Los actos copenados*. Madrid: Dykinson, 2004.

PECORARO-ALBANI, Antonio. Del reato permanente. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, v. 3, n. 2, p. 394-452, abr./jun. 1960.

PÉREZ DEL VALLE, Carlos. *Lecciones de derecho penal. Parte General*. 2. ed. Madrid: Dykinson, S.L., 2018.

PIERANGELI, José Henrique. Crimes contra o meio ambiente: fauna. In: PIERANGELI, José Henrique. *Escritos jurídico-penais*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *Do crime continuado*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.

PIPAÓN PULIDO, Jorge Guillermo. Concurso de leyes. *La ley penal: revista de derecho penal, procesal y penitenciario*, Madrid, v. 7, n. 67, p. 25-36, jan. 2010.

PRADO, Luiz Regis. *Crimes contra o ambiente*. 2. ed. São Paulo: RT, 2001.

_____. *Curso de direito penal brasileiro*. Parte Especial. v. 2. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. *Curso de direito penal brasileiro – parte geral*. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. *Direito penal ambiental (problemas fundamentais)*. São Paulo: RT, 1992.

_____. *Direito penal do ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Direito penal do ambiente: biossegurança (com análise da lei 11.105/2005); meio ambiente; ordenação do território; patrimônio cultural*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PRAT GARCIA, Josep M^a; SOLER MATUTES, Pedro. *El delito ecológico*. Jurisprudencia actual comentada. Barcelona: Cedecs, 2000.

PRATES, Felipe Machado. *Do concurso formal de crimes*. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PUIG PEÑA, Frederico. *Colisión de normas penales: concurso aparente de leyes punitivas*. Barcelona: Bosch, 1955.

QUANDT, Gustavo de Oliveira. A aplicação da Lei Penal no projeto de Código Penal. *Revista Liberdades*, São Paulo, Ed. Especial, p. 8-34, set. 2012.

REALE JÚNIOR, Miguel. Cartel e quadrilha ou bando: bis in idem. *Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 131-143, jul./dez. 2006.

_____. Meio ambiente e direito penal brasileiro. *Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 67-83, jan./jun. 2005.

REYNA ALFARO, Luis Miguel. La protección penal del medio ambiente: posibilidades y límites. *Ciencias Penales Contemporáneas: Revista de Derecho Penal, Procesal Penal y Criminología*, Mendoza, v. 2, n. 4, p. 207-265, 2002.

RIOS, Rodrigo Sánchez. Apontamentos a respeito do concurso de crimes e do conflito aparente de normas: a regra do antefato e do pós-fato coapenado no âmbito dos delitos econômicos. In: FRANCO Alberto Silva; LIRA, Rafael de Souza (coord.). *Direito penal econômico: questões atuais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 137-199.

RODRIGUES, Anabela Maria Pinto Miranda. Direito penal do ambiente: uma aproximação ao novo direito português. *Revista de direito ambiental*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1996.

ROIG TORRES, Margarita. *El concurso ideal de delitos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2012.

ROXIN, Claus. *Derecho Penal*. Parte General. Especiales formas de aparición del delito. Traducción y notas de Diego-Manuel Luzón Peña *et al* (dir.). Pamplona: Thomson Reuters. 2014. t. 2.

_____. *Derecho penal*. Parte General. Fundamentos. La estructura de la Teoría del Delito. Madrid: Thomson Reuters, 2014. t. 1.

_____. Sobre o recente debate em torloino do bem jurídico. *In*: LEITE, Alaor (org.). *Novos estudos de direito penal*. Tradução de Luis Greco. São Paulo: Marcial Pons, 2014. p. 41-69.

SABOYA, Keity. *Ne Bis in Idem*. História, Teoria e Perspectivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SALOMI, Maíra Beauchamp; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Cartel e quadrilha: é possível a dupla imputação?. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 20, n. 240, p. 7-8, nov. 2012.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito penal*. Parte general. 6ª. ed. Curitiba: ICPC, 2014.

SÁNZ MORÁN, Ángel José. *El concurso de delitos*: Aspectos de política legislativa. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 1986.

_____. Las reglas relativas a la unidad y pluralidad de delitos en el código penal de 1995. *In*: CEREZO MIR, José *et al* (ed.). *El nuevo código penal: presupuestos y fundamentos: libro homenaje al professor doctor Don Ángel Torío López*. Granada: Comares, 1999. p. 505-520.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. Concurso aparente de normas penais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 33, p. 67-100, jan./mar. 2001.

SCHÜNEMANN, Bernd. El principio de protección de bienes jurídicos como punto de fuga de los límites constitucionais de los tipos penales y de su interpretación. *In*: HEFENDEHL, Roland; HIRSCH, Andrew von; WOHLERS, Wolfgang (ed.). *La teoría del bien jurídico: ¿fundamento de legitimación del derecho penal o juego de abalorios dogmático?*. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 191-219.

_____. Sobre la dogmática y la política criminal del Derecho penal del medio ambiente. *In*: SCHÜNEMANN, Bernd. *Temas actuales y permanentes del Derecho penal después del milênio*. Madrid: Tecnos, 2002. p.203-223.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, Pablo Alflen da. *Leis penais em branco e o direito penal do risco*: aspectos críticos e fundamentais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Delitos contra el medio ambiente*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1999.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María; MONTANER FERNÁNDEZ, Raquel. *Los delitos contra el medio ambiente*. Reforma legal y aplicación judicial. Barcelona: Atelier, 2012.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito Penal Supra-individual: interesses difusos*. São Paulo: RT, 2003.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Tutela penal do meio ambiente: breves considerações atinentes à lei n. 9605, de 12-2-1998*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SOTO NAVARRO, Susana. Concreción y lesion de los bienes jurídicos colectivos. El ejemplo de los delitos ambientales y urbanísticos. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 58, f. 3, p. 887-918, sep./dic. 2005.

SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de. O meio ambiente (natural) como sujeito passivo dos crimes ambientais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 12, n. 50, p. 57-90, set./out. 2004.

SOUZA, Luciano Anderson de. Considerações dogmáticas quanto ao crime de receptação. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de (coord.). *Direito penal na pós-modernidade: escritos em homenagem a Antonio Luis Chaves Camargo*. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 285-302. p. 292.

_____. Dos crimes contra o meio ambiente. Seção IV – Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (arts. 62 a 65). In: SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de (coord.). *Comentários à Lei de Crimes Ambientais*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 271-295.

_____. *Intervenção jurídico-penal e modelos de tipificação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2006. 120 p.

STEVENSON, Oscar. Concurso aparente de normas penais. In: *Estudos de direito e processo penal em homenagem a Nelson Hungria*. Rio de Janeiro: Forense, 1962. p. 28-46.

SUÁREZ LÓPEZ, José María. *El concurso real de delitos*. Madrid: Comunidad de Madrid. 2001.

SZCZARANSKI, Federico. Aproximación a la reiteración delictiva y a la teoría concursal desde la teoría de la pena. *Política criminal*, Talca, v. 8, n. 16, art. 5, p. 500 -543, dez. 2013.

TAVARES, Juarez. *Bien jurídico y función en derecho penal*. Traducción de Mônica Cuñarro. Buenos Aires: Hammurabi, 2004.

_____. *Fundamentos de teoria do delito*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

_____. *Teoria do injusto penal*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

THEODORO, Luis Marcelo Mileo. Dos crimes contra o meio ambiente. Seção II – Dos crimes contra a flora (arts. 38 a 53). In: SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA,

Luciano Anderson de (coord.). *Comentários à Lei de Crimes Ambientais*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 180-239.

VALIANTE, Mario. Il reato permanente: aspetti sostanziali e problemi processuali. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, v. 42, n. 1, p. 210-227, jan./mar. 1999.

VEGA RUIZ, José Augusto de. *Delitos contra el medio ambiente, ordenación del territorio, patrimonio histórico, flora y fauna: en el Código Penal de 1995*. Madrid: Colex, 1996.

VELÁSQUEZ VELÁSQUEZ, Fernando. *Manual de derecho penal: parte general*. Bogotá: Temis, 2002.

VIVÉS ANTÓN, Tomás Salvador. *La estructura de la teoría del concurso de infracciones*. Valencia: Universidad de Valencia, 1981.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro W. *Derecho penal: parte general*. Buenos Aires: Ediar, 2000.

WELZEL, Hans. *Derecho penal alemán*. Parte general. 11. ed. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1970.